

História econômica também é história

Maria Verónica Secreto¹

“El comercio de la historia tiene en común con el comercio de detergentes el empeño en hacer pasar la novedad por la innovación. La diferencia estriba en que sus marcas están muy mal protegidas” (Vilar, 1983a).

I

Utilizemos o mesmo ponto de partida que um instigante artigo de Emília Viotti: “Em maio de 68 nós refizemos o mundo. Em maio de 86 nós refizemos a cozinha” – este foi o lema de uma propaganda de uma empresa de cozinhas que apareceu no jornal francês *Le Monde* (Costa, 1998: 7). Como toda metáfora, envolve muito mais que o enunciado. A trajetória que vai do “mundo” à “cozinha” implica mais que uma questão de escala. Como texto propagandístico, pressupõe uma empatia entre o enunciado e os leitores/consumidores – pressupõe que os “radicais” se converteram em “consumidores”. Do “mundo” à “cozinha” representa a trajetória do público ao privado e, em última instância, exemplifica a situação da história cada vez mais particularizante. E ainda, segundo Emília Viotti, é muito provável que o lema represente somente o que esperam os empresários e não as verdadeiras atitudes dos consumidores.

É evidente, porém, que entre 68 e 86 uma mudança se produziu (talvez não tão profunda, mas ainda assim uma mudança), e que esta veio acompanhada na historiografia por uma rejeição a toda síntese e a toda condição material de existência. A pergunta que devemos fazer é, segundo Pierre Vilar, qual a relação entre o homem e seu produto, entre economia e história? Diz ele que, quando Marx afirmou a preponderância do econômico em última análise, muitos se indignaram porque não considerava o “espírito”, porque a economia da época não podia oferecer mais que um salário miserável. Hoje, o “desenvolvimento” econômico supostamente oferece a todos carro e televisor, mas agora a preponderância do econômico converteu-se em um princípio conservador e é revolucionário descobrir que

¹ Doutora em Economia – Unicamp. Instituto de Economia (IE).

“não só de pão vive o homem”. Nega-se que a iniciativa histórica derive da razão e, entre todas as razões, a mais rejeitada é a econômica. (Vilar, 1983b: 80). Ainda assim, retomando a fala de Vilar, o capitalismo apenas supostamente oferece a todos carro e televisor, pois é evidente que suas promessas de proporcionar felicidade e progresso material para todos não têm-se cumprido nem vão-se cumprir (Fontana, 1984: 11).

Será que a percepção desta realidade, das limitações do capitalismo, leva à negação do econômico? Já que não conseguiremos a conquista material tão anelada, já que somos incapazes de gerar uma sociedade que garanta o pão para todos, geramos uma historiografia que descobre que não só de pão vive o homem e que as outras esferas de sua existência – e não a material – são reais e excludentemente as mais importantes (talvez com a esperança de que, exorcizando o “econômico”, nos veremos livres da economia e de suas determinações). Por este caminho, a economia começa a aparecer alheia às determinações humanas – como não-cultural, nem social e muito menos historicamente determinada. A economia aparece como intemporal. Na verdade, a naturalização do “econômico” decorre de outra naturalização: a do capitalismo, que disfarça sua característica principal que é a de ser uma forma social específica, com um começo e indubitavelmente com um fim, como afirma Ellen Meiksins Wood. (Meiksins Wood, 2000: 12). Ante esta resistência e negação do fato econômico – e inclusive, mais genericamente, da dimensão material – e da naturalização da economia por grande parte da historiografia (excetuando a história econômica), há que ser lembrado o conselho de Hobsbawm: os historiadores devem partir sempre da observação de Marx de que a economia é sempre historicamente específica, que a produção é sempre produção determinada num espaço social e realizada por indivíduos sociais, admitindo inclusive a pertinência das generalizações sem esquecer que estas são insuficientes para compreender qualquer estágio histórico. (Hobsbawm: 1998b: 124).

Todo diagnóstico que tente vislumbrar as causas da crise da história econômica está equivocado se não levar em consideração a sua própria história. Historiemo-la um pouco: a história econômica não poderia nascer antes do capitalismo, já que antes deste o ritmo das mudanças era muito lento para ser percebido. “A história econômica nasce com a Economia Política, junto com o capitalismo e a Revolução Industrial” (Kula, 1974: 13). A partir do início do século XIX, a história econômica já era um campo trabalhado, e aparecem algumas obras nacionais de história econômica. À

frente desta corrente se encontravam Inglaterra e Alemanha, e as obras versavam sobre suas principais preocupações políticas e econômicas: na Inglaterra, estas preocupações eram os direitos dos pobres e a liberdade de comércio; na Alemanha, o problema era a unificação, sobretudo, e o problema da “unificação alfandegária”. List iniciou neste contexto a “escola histórica de economia”, que predominou durante o período da Restauração. Entre 1848 e 1867 (datas da aparição do *Manifesto Comunista* e o primeiro tomo de *O Capital*, respectivamente) surgiu o marxismo, que constituiu-se em uma concepção sintética da História Econômica, aproveitando todas as indagações existentes na disciplina. Desde então, segundo Clapham, o marxismo tem exercido influência transcendental para a História Econômica, seja “por atração ou repulsão” (Kula, 1974: 16-17). Depois da Segunda Guerra Mundial, o marxismo teve grande importância na produção acadêmica em geral e na historiográfica em particular. Hoje, vivemos uma dessas etapas de repulsão – as décadas de 80 e 90 foram protagonistas de um reducionismo que se operou na historiografia em dois movimentos: primeiro, chamou-se todo marxismo de “estruturalismo”, e depois, de “economicismo”. Nas últimas duas décadas, a história tomou emprestado da antropologia seu amplo conceito de “cultura”, no qual entra tudo que é produzido pelo homem, tanto na dimensão simbólica como quanto na material. Só ficou de fora a economia, percebida como fora das proporções humanas.

II

Em 1997, teve início, com uma turma de seis pessoas, o doutorado em história econômica da Unicamp. No ano seguinte, estimulados pelas aulas do professor Fernando Novais, começamos a nos interrogar e a debater sobre as mais recentes tendências historiográficas e sobre os motivos desta “crise” da história econômica no Brasil. Um artigo publicado em março de 1995 em *The Journal of Economic History*, intitulado *Where is there consensus among American Economic Historians? The results of survey on forty propositions*, de Robert Whaples, engatilhou nossas discussões. Nos perguntávamos se existiria consenso na historiografia brasileira sobre as principais questões de sua história econômica e sobre as causas de sua crise – crise esta avaliada a partir da escassez de livros de história econômica no mercado editorial e no meio universitário.

Uma coisa parecia muito evidente: a rejeição da dimensão material da existência entre os historiadores da atualidade. Dimensionar a “crise” pela qual passa a história econômica ou definir a sua natureza apresentava-se como uma tarefa difícil. Para Frédéric Mauro, esta crise começa na década de 70 ou 80 e envolve algumas características bem precisas. Para outros, ela estaria no bojo de uma volta à narrativa, no declínio da historiografia que queria responder os grandes “por quês”, como colocou Lawrence Stone num artigo que abriu debate com Hobsbawm. Para este último, “pode-se considerar a nova história dos homens e das mentalidades, idéias e acontecimentos mais como uma complementação do que como uma suplantação da análise das tendências e estruturas socio-econômicas.” E acrescenta: “Não há nada de novo em escolher olhar o mundo por um microscópio, ao invés de um telescópio. Na medida em que concordamos que estamos estudando o mesmo cosmos a opção entre o microcosmo e o macrocosmo é uma questão de escolha da técnica adequada.” (Hobsbawm, 1991: 43-44)

Ainda levando em consideração estas observações de Hobsbawm, não se pode negar a existência do problema no Brasil: o número cada vez menor de teses na área de história econômica é evidente. Frago e Florentino avaliam a diminuição da produção na área, partindo da década de 70, e não poderia ser de outra forma, porque é neste momento que foram criados os programas de pós-graduação. Entretanto, este recorte temporal apresenta um problema. Ele começa no momento em que a história econômica estava no seu apogeu no Brasil, e, por este motivo, não considera a existência de uma produção historiográfica anterior, na qual a história econômica não tinha essa representação predominante. Desta forma, se fosse possível construir uma curva que abrangesse um período maior e toda a produção historiográfica, o declínio seria menos acentuado e não haveria essa imagem bipolar do tipo auge/decadência.²

2 Frago & Florentino (1977) avaliam a crise a partir da perda de espaço ocorrida desde a década de 1980. Para avaliar quantitativamente a tendência constróem uma curva com os dados de teses defendidas nas Universidades de São Paulo, Federal do Rio de Janeiro e Federal Fluminense. O balanço é realizado a partir da representatividade das teses de história econômica dentro do conjunto de teses de história defendidas nos períodos escolhidos. Chegando à conclusão de que na USP entre 1973 e 1978 pouco menos da metade das teses defendidas versavam sobre economia e no período 1983-1985 estas baixam para menos de um terço. No Rio de Janeiro a situação detectada é mais dramática. Em inícios dos 80 seis de cada dez teses defendidos era de história econômica, enquanto em 1992 representam dois de cada dez.

Motivados pelo artigo de Whaples e, sobretudo, pela presença, na Unicamp, de importantes centros brasileiros de História e de Economia (apesar da distância que os separa, muito maior que uma avenida), Silvio Humberto e eu iniciamos uma série de entrevistas entre historiadores e economistas. A conclusão foi que havia, em grande medida, um problema de perspectiva: para os economistas não existia nenhuma crise da história econômica; para os historiadores esta inscrevia-se numa crise maior que era a dos paradigmas (Secreto & Humberto, 1999: 33). Provavelmente, isto seja algo mais que uma questão de perspectivas. Aquela evidência de que a história não pode excluir nenhum aspecto a priori continua em pé, embora tenhamos suficientes evidências para achar que a econômica esteja sendo marginalizada. Ao fim e ao cabo, podemos estar numa dessas etapas, das quais fala Hobsbawm, em que, de tempos em tempos, os historiadores optam por alguns aspectos negligenciando outros. (Hobsbawm, 1998b: 122). Para os economistas, era evidente que o “econômico” não estava em crise e a história era um área necessária, porque “os economistas precisam reintegrar a história e isso não pode ser feito mediante sua simples transformação em econometria retrospectiva. Os economistas precisam mais dessa reintegração que os historiadores, porque a economia é uma ciência social aplicada.” (Hobsbawm, 1998a: 109). Era, e ainda é, evidente que existe um desentendimento entre historiadores e economistas.

Passamos “do determinismo econômico ao determinismo cultural” diz Emilia Viotti. Para fugir de todo determinismo é preciso somar e não restar. A escolha de fazer história econômica não pode significar renunciar à história total – como foi chamada pelos franceses. Vivemos o incômodo da vida dupla, entre as duas disciplinas que nos conferem o título de historiadores econômicos (Hobsbawm, 1998: 108). A nossa própria visão da história (e/ou da economia) depende em grande medida desta posição, e isto não pode obstruir nosso caminho na construção do conhecimento – todas as ferramentas são válidas, se com elas conseguimos construir respostas às perguntas que fazemos. Com certeza, deve-se lembrar de Pierre Vilar quando diz que é chegado o momento de assimilar exigências, atitudes e hábitos complementares, que impeçam uns a movimentarem-se com torpeza no espaço econômico, e outros a perderem-se quando retrocedem no tempo (Vilar, 1983b: 59). Por outro lado, a dupla vida de que fala Hobsbawm é também dupla possibilidade – na mesma linha, Frédéric Mauro expressou-se na conferência inaugural do primeiro Congresso Brasileiro de História

Econômica em 1993: para uma melhor compreensão entre historiadores e economistas, o mais oportuno parece ser conhecer-nos e reconhecer-nos mais, e o papel da história econômica neste intercâmbio é essencial.

Os primeiros passos foram dados, mas ainda há muito trabalho pela frente.

Bibliografia

COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 10, p. 7-22, dez. 1998.

FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: FLAMARION, Ciro Cardoso, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HOBBSAWM, Eric. Historiadores e economistas: I. In: SOBRE História. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

_____. Historiadores e economistas: II. In: SOBRE História. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

_____. O ressurgimento da narrativa: alguns comentários. *Revista de História*, n. 2-3, p. 39-46, primavera 1991.

KULA, Wiltod. Problemas y métodos de la historia economica. Barcelona: Península, 1974.

MAURO, Frédéric. La situation de l'histoire économique à la fin du XX^{ème} siècle. [s.l.]: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, II.I, 1999. p. 131-140.

SECRETO, Maria Verônica, Humberto, Silvio. Consenso e dissenso: o lugar da história econômica do Brasil no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, v. 5, n. 2, p. 19-40, jul./dez. 1999.

VILAR, Pierre. Historia marxista, historia en construcción. In: ECONOMIA, derecho, historia. Barcelona: Ariel, 1983a.

_____. Para una mejor comprensión entre economistas e historiadores: ¿'Historia cuantitativa' o econometria retrospectiva? In: ECONOMIA, derecho, historia. Barcelona: Ariel, 1983b. p. 58-78.

WHAPLES, Robert. Where is there consensus among American Economic Historians? The results of survey on forty propositions. *The Journal of Economic History*, Mar. 1995.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. *Crítica Marxista*, n. 10, p. 12-29, 2000.